

## Revisão das regras em matéria de auxílios estatais à IDI

### Nota explicativa

As propostas de revisão do enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação estão diretamente relacionadas com os resultados do balanço de qualidade, uma avaliação exaustiva das políticas que avalia se as regras em matéria de auxílios estatais, que faziam parte da modernização dos auxílios estatais, são «adequadas à sua finalidade». Os resultados preliminares do balanço de qualidade constam do documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre o balanço de qualidade, publicado em 30 de outubro de 2020<sup>1</sup>.

Os resultados da avaliação do balanço de qualidade confirmaram que as regras gerais em matéria de auxílios estatais à IDI aplicadas em 2014 funcionaram bem e contribuíram para promover as atividades de IDI na UE sem distorcer indevidamente a concorrência. As reações das partes interessadas também reconheceram a importância de manter as regras estáveis após uma acentuada curva de aprendizagem na sequência da revisão da modernização dos auxílios estatais.

No entanto, a avaliação do balanço de qualidade mostrou igualmente que são necessárias várias revisões técnicas específicas destinadas a simplificar e clarificar melhor a aplicação das regras estabelecidas tanto no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação como nos artigos pertinentes do RGIC. Além disso, revelou a necessidade de atualizar estas regras para refletir a evolução tecnológica e do mercado, de modo a facilitar a dupla transição da economia europeia.

Com efeito, as disposições do enquadramento dos auxílios estatais à IDI são complementadas pelo Regulamento Geral de Isenção por Categoria («RGIC»), que estabelece condições de compatibilidade *ex ante*, com base nas quais os Estados-Membros podem aplicar medidas de auxílio estatal sem notificação prévia à Comissão. Paralelamente à revisão do enquadramento dos auxílios estatais à IDI, a Comissão está a proceder a uma revisão específica do RGIC, que incluirá igualmente uma alteração específica das disposições do RGIC relacionadas com a IDI.

**Para dar resposta a estas necessidades, o enquadramento revisto das regras em matéria de auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação contém as seguintes melhorias específicas:**

**(1) Em primeiro lugar, as seguintes definições são clarificadas:**

- a) *Definição aplicável aos polos de inovação.* A revisão visa clarificar que os polos de inovação digital, nomeadamente no âmbito do Programa Europa Digital, podem ser considerados polos de inovação na aceção da definição pertinente já prevista no enquadramento dos auxílios estatais à IDI. Esta alteração visa esclarecer todos os Estados-Membros e as partes interessadas sobre a forma de conceder apoio nacional aos polos de inovação digital e não altera o âmbito de aplicação da atual definição. Além disso, esta clarificação permite também explicar de que modo as regras em matéria de auxílios estatais já apoiam prioridades importantes da Comissão, como os programas Europa Digital e Horizonte Europa, que referem a necessidade de apoiar

---

<sup>1</sup> <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/2044-Fitness-check-of-2012-State-aid-modernisation-package-railways-guidelines-and-short-term-export-credit-insurance>

infraestruturas como os polos de inovação digital, estimulando a colaboração, a criação de redes e soluções inovadoras.

- b) É introduzida outra clarificação específica para as definições de **investigação industrial, desenvolvimento experimental e atividades de inovação de processos e organizacionais**. Com efeito, os resultados do balanço de qualidade mostraram que foram solicitados esclarecimentos sobre a forma como as definições se aplicam às tecnologias da informação, ao desenvolvimento de *software*, incluindo a inteligência artificial, e a outras tecnologias digitais, o que facilitará a execução da Estratégia Industrial e da Agenda Digital da Comissão. Mesmo que não sejam expressamente referidas nas definições atuais, as atividades de I&D e Inovação relacionadas com a digitalização já se encontram implicitamente abrangidas pelas definições existentes. Por conseguinte, as clarificações previstas apenas introduziriam uma referência explícita às atividades de digitalização, para tornar claro que as atividades realizadas nesses domínios são abrangidas pelo âmbito das definições, aumentando assim a previsibilidade e a segurança jurídica das regras. Estas clarificações não afetam o âmbito da aplicação da definição ou das atividades elegíveis por ela abrangidas.
- c) No que diz respeito às **atividades de inovação das PME**, os elementos recolhidos durante o balanço de qualidade confirmam que as PME continuam a enfrentar deficiências do mercado que afetam a sua capacidade de inovação, devido ao fraco recurso a atividades de digitalização e/ou às dificuldades de acesso aos serviços de apoio à inovação. A este respeito, o balanço de qualidade confirmou que as regras pertinentes em matéria de auxílios estatais à IDI aplicáveis aos auxílios à inovação a favor das PME continuam a ser válidas e pertinentes. Para algumas das partes interessadas, carecem apenas de clareza suficiente no que diz respeito à medida em que os auxílios à inovação a favor das PME (tal como já definidos e previstos nas regras em vigor) permitem apoiar atividades de digitalização (como o apoio a serviços prestados por infraestruturas de investigação, infraestruturas tecnológicas ou polos de inovação). Consequentemente, a definição pertinente é suprimida, a fim de explicitar e clarificar que as atividades acima mencionadas já são elegíveis para apoio ao abrigo da medida existente. Esta clarificação deverá também contribuir para reforçar as sinergias com as prioridades de investimento da Comissão identificadas na sua estratégia para as PME e na estratégia industrial.

- (2) Em segundo lugar, são introduzidos critérios de compatibilidade e uma definição para permitir que o apoio às infraestruturas tecnológicas reflita a evolução do mercado e da tecnologia e incentive os investimentos em investigação, desenvolvimento e inovação, facilitando a dupla transição. O que precede facilitará igualmente a adoção de atividades de inovação, especialmente por parte das PME, que, através da utilização de infraestruturas tecnológicas, podem produzir soluções inovadoras para os atuais desafios sociais, como as alterações climáticas e a transição urgente para a digitalização, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico e da Estratégia Industrial.

Ao abrigo das regras revistas, e contrariamente às infraestruturas de investigação, as infraestruturas tecnológicas destinam-se a ser predominantemente utilizadas pela indústria, em especial pelas PME, para suprir a falta de uma maior proximidade das

instalações de ensaio no mercado de novas tecnologias não experimentadas, a fim de finalizar o seu desenvolvimento antes da introdução no mercado.

A revisão específica baseia-se nas atuais regras de compatibilidade dos auxílios estatais à IDI, mais especificamente as que regem i) o apoio a projetos de I&D para atividades de desenvolvimento experimental (relevantes para as atividades de ensaio e de expansão das infraestruturas tecnológicas) e ii) os auxílios ao investimento para infraestruturas de investigação.

Mais especificamente, as condições de compatibilidade das infraestruturas tecnológicas foram estabelecidas da seguinte forma:

- i) a definição aplicável baseia-se na definição desenvolvida no documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre infraestruturas tecnológicas<sup>2</sup>. A definição foi elaborada pela DG RTD com base na experiência adquirida no âmbito do programa Horizonte 2020 (a definição corresponde a atividades de ensaio e de expansão na fase de desenvolvimento experimental), assegurando assim a coerência terminológica entre as regras em matéria de auxílios estatais e as regras do programa Horizonte (frequentemente preconizadas pelas partes interessadas),
- ii) as infraestruturas tecnológicas serão apoiadas da mesma forma que as infraestruturas de investigação que limitam o apoio aos custos de investimento,
- iii) no que diz respeito ao nível de auxílio (intensidade de auxílio), a intensidade de auxílio de base basear-se-á na que é aplicável às atividades de desenvolvimento experimental (25 %), uma vez que as infraestruturas tecnológicas estão envolvidas em atividades de ensaio e de expansão tecnológica numa fase de desenvolvimento experimental<sup>3</sup>. Desta forma, os Estados-Membros deixarão de ser obrigados a atribuir auxílios ao investimento para cada projeto de desenvolvimento experimental realizado por utilizadores específicos de uma infraestrutura tecnológica (o que acarreta encargos administrativos importantes), podendo apoiar o investimento numa infraestrutura tecnológica de uma só vez.

**(3) Em terceiro lugar, as seguintes revisões permitirão abordar os encargos administrativos desproporcionados com que os Estados-Membros são confrontados na execução do apoio ao abrigo do enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação:**

- a) O enquadramento revisto em matéria de IDI estabelece regras sobre a metodologia simplificada para calcular os custos indiretos dos projetos de I&D.**

A este respeito, no âmbito da proposta de revisão, é introduzida uma simplificação com vista a calcular os custos elegíveis para projetos de I&D, permitindo a aplicação de uma metodologia simplificada para o cálculo dos custos indiretos. Atualmente, as regras do

---

<sup>2</sup> <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/0df85f8b-7b72-11e9-9f05-01aa75ed71a1>

<sup>3</sup> Se for realizada uma apreciação aprofundada, a intensidade normal de auxílio pode ser aumentada para 40 %, no caso de notificações individuais.

RGIC apenas permitem que os Estados-Membros utilizem opções de custos simplificados quando o projeto ou atividade é, pelo menos parcialmente, financiado por um fundo da União (por exemplo, Horizonte – FEEI). Os resultados do balanço de qualidade revelaram a necessidade de uma aplicação mais ampla das opções de custos simplificados para o cálculo dos custos elegíveis. Uma vez que os custos reais indiretos elegíveis são muitas vezes difíceis de verificar e demonstrar, a utilização de uma opção de custos simplificados para os custos indiretos simplifica significativamente a concessão de auxílios a projetos de I&D pelas autoridades de gestão. Além disso, o balanço de qualidade sublinha a falta de fundamentos para excluir desta possibilidade os projetos de I&D financiados por recursos puramente nacionais (incluindo fundos do MMR). Embora em alguns casos de I&D anteriormente notificados tenha sido aceite a metodologia simplificada de custos em relação aos custos indiretos, até à data esta prática não foi formalizada.

**b) É igualmente clarificado que o controlo do carácter acessório das atividades económicas, tal como definidas no ponto 20 do enquadramento em matéria de IDI, é aplicável por um período de dez anos.**

Esta clarificação é necessária por uma questão de coerência com o prazo de prescrição de dez anos previsto no Regulamento Processual<sup>1</sup>, ou seja, o período após o qual a Comissão não dispõe de meios legais para solicitar a recuperação do auxílio concedido e para evitar ter de efetuar controlos indeterminadamente, tendo em conta que, após dez anos, o equipamento de laboratório de I&D mais caro estaria quase totalmente amortizado.

É inquestionável que atualmente são ainda mais necessárias regras simples em matéria de auxílios estatais à IDI. Prevemos que as alterações técnicas específicas das regras venham a orientar os Estados-Membros na execução dos programas de apoio público (mobilizando o investimento privado) sem demora injustificada e a ajudar as empresas, bem como os organismos de investigação, no desenvolvimento de novas tecnologias. Estas novas tecnologias, por sua vez, constituirão a base para a chegada ao mercado de produtos e serviços verdes e digitais, transformando a economia europeia em consonância com o Pacto Ecológico/Europa Digital para 2030/2050. Com regras mais claras, os Estados-Membros poderão também reduzir o tempo decorrido entre o pedido e a concessão efetiva de fundos.

---

<sup>1</sup>[Regulamento \(UE\) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#) (JO L 248 de 24.9.2015, p. 9).